

Continuam soltos os executores de Vicente Cañas

O diretor do Departamento de Polícia Civil de Mato Grosso, João Evaristo Capetinga, declarou que até o dia 9 de julho passado, 17 pessoas já haviam prestado depoimento no inquérito sobre o assassinato do missionário jesuíta Vicente Cañas. Mesmo assim, segundo ele, nenhuma pista concreta que levasse aos responsáveis foi obtida, tendo sido constatado apenas que o crime não ocorreu por motivo de vingança pessoal, uma das hipóteses inicialmente levantadas.

Vicente Cañas vivia com os índios Enauenê-Nauê, na área do rio Juruena (MT), e defendia o direito deles às suas terras, constantemente invadidas. Foi encontrado morto no dia 16 de maio último (ver PORANTIM n° 99), com sinais de violência e, como esses índios já haviam respondido agressivamente a tentativas de invasões em sua área, o que chegou a culminar com algumas mortes, pressupunha-se

que o assassinato de Vicente estivesse relacionado com as mortes feitas pelos Enauenê-Nauê.

Os exames realizados pelo IML de Mato Grosso não puderam detectar a causa mortis, uma vez que o corpo foi encontrado em estado de putrefação. O fato exigiu que novos exames fossem realizados, desta vez no IML de Belo Horizonte, que estipulou 30 dias para o fornecimento do laudo definitivo, prazo que ainda não expirou.

Segundo amigos pessoais de Vicente Cañas, existem vários suspeitos, como é o caso do administrador da fazenda Braúna, conhecido por "Pedro Bom", e ainda um homem apelidado "Paulista", que haviam jurado Vicente de morte por verem, nele, um empecilho para a invasão das terras dos Enauenê-Nauê.

Segundo Capetinga, essas pessoas foram ouvidas e liberadas.

Em audiência a representantes da Opan, em junho, o governador Carlos Bezerra, de Mato Grosso, prometeu providências para a punição dos assassinos de Vicente Cañas (foto menor)



Raúl da Herreró



Vicente Perito

Funai restringe a área enauenê-nauê

O projeto da Funai para fixação dos limites da área indígena Enauenê-Nauê (MT) excluiu três pontos imprescindíveis do território desses índios, fato que favorece a ação dos invasores. Tais pontos correspondem às cabeceiras do rio Iquê, onde houve incidência recente de invasões por madeiras, do córrego Pedra de Fogo, onde o ex-delegado da Funai em Cuiabá, Hamilton Figueredo, concedeu certidões negativas, e do córrego Cauinare, utilizado pelos índios como locais de pesca.

A mutilação está sendo considerada "desastrosa" pelos representantes da Operação Anchieta (Opan), da Missão Anchieta (Mia) e do Cimi que entregaram à Funai uma proposta de demarcação que inclui aqueles pontos. Essas entidades ressaltam ainda que as in-

vasões na região ocorreram após 1984, o que significa um espaço de tempo muito curto para que as terras invadidas percam sua característica original de áreas indígenas.

Por outro lado, conforme parecer assinado pelos antropólogos Artur Nobre Mendes, Ana Maria Lange e Rinaldo Arruda, encaminhado à Funai, "a delonga dos órgãos públicos na resolução de tal situação já foi responsável por 11 mortes na área, nos conflitos ocorridos em 1984 e 1986, culminando com o assassinato do missionário jesuíta Vicente Cañas".

Os antropólogos alertam ainda que a demarcação daquela área indígena requer toda urgência possível, uma vez que, diante das invasões, poderão ocorrer novos conflitos e mortes.

Fonte: Parantim n° 100
Data: Julho 1987 - 87

Class.: 41
Pg.: _____

CEIDI
Povos Indígenas no Brasil